pessoa colectiva religiosa que adoptou a denominação “IGREJA ZOÉ”, com sede na Rua Nova do Calhariz, número trinta e seis-A, freguesia de Ajuda, concelho de Lisboa, a qual tem por objecto difundir o evangelho por meio de reuniões em local próprio ou alugado para o efeito; fazer uso dos meios de comunicação, rádio, TV, CD’s, DVD’s, livros e folhetos de forma a espalhar a mensagem evangélica; e prática social.

Podem ser membros da Igreja Zoé as pessoas singulares que tiverem sido admitidas como tal, de acordo com a disciplina da Igreja e cujos nomes constem dos registos da mesma, sendo da competência da Direcção a sua exclusão.

A Pessoa colectiva religiosa terá os seguintes órgãos:

a) Assembleia Geral — A qual é constituída por todos os seus membros que estejam em pleno gozo dos seus direitos e é dirigida pela respectiva Mesa a qual é composta por um Presidente e dois secretários.

b) Direcção:

A direcção é o órgão executivo da pessoa colectiva religiosa a qual é composta por um presidente, um Secretário, um Tesoureiro e dois vogais, sendo que o Presidente exerce a sua função a título vitalício.

c) Conselho Fiscal:

É constituído por três elementos: Relator, Secretário e vogal, eleitos em cada dois anos pela Assembleia geral.

O funcionamento dos Órgãos da Pessoa Colectiva Religiosa regular-se-á pelo disposto nos artigos 170.º e 179.º do Código Civil.

Está conforme o original.

3 de Julho de 2007. — A Notária, *Sara de Resende Monteiro*.

2611068214

INTERBANCO, S. A.

Balancete (extracto) n.º 200/2007

Rua Castilho, 2, 1250 Lisboa.

Capital Social: € 37 500 000.

CRC de Lisboa - Mat 6794.

Contribuinte: 503811483.

Balanço para os exercícios de 31 de Março de 2007 e 2006

	2007			2006
	Valor antes de provisões e imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
(Em euros)				
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	191 524	—	191 524	19 174
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 347 352	—	6 347 352	19 816 934
Crédito a clientes	1 200 856 037	27 878 830	1 172 977 207	800 684 450
Outros activos tangíveis	16 100 229	7 953 975	8 146 254	7 933 016
Activos intangíveis	5 144 766	4 188 490	956 276	252 370
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3 407 906	—	3 407 906	3 407 906
Activos não correntes Detidos para Venda	1 776 644	—	1 776 644	—
Activos por impostos correntes	233 189	—	233 189	—
Activos por impostos diferidos	1 763 742	—	1 763 742	1 600 743
Outros activos	20 726 581	1 889 627	18 836 954	65 273 137
Total do activo	1 256 547 970	41 910 922	1 214 637 048	898 987 730
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	982 936 317	—	982 936 317	669 007 406
Recursos de clientes e outros empréstimos	6 248 476	—	6 248 476	10 441 685
Responsabilidades representadas por títulos	—	—	—	—
Derivados de cobertura	—	—	—	—
Provisões	16 229 279	—	16 229 279	1 006 996
Passivos por impostos correntes	4 385 637	—	4 385 637	3 227 500
Outros passivos subordinados	15 007 135	—	15 007 135	35 038 236
Outros passivos	78 927 972	—	78 927 972	128 197 070
Total do passivo	1 103 734 816	—	1 103 734 816	846 918 893
Situação líquida				
Capital	66 592 948	—	66 592 948	37 500 000
Outras reservas e resultados transitados	39 930 880	—	39 930 880	11 766 931
Resultado líquido do exercício	4 378 404	—	4 378 404	2 801 906
Total da situação líquida	110 902 232	—	110 902 232	52 068 837
Total do passivo e da situação líquida	1 214 637 048	—	1 214 637 048	898 987 730

14 de Novembro de 2007. — O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Alberto Domingos Tomaz*. — O Conselho de Administração: *Pedro César Pereira Alves Saraiva — Manuel Ferro da Silva Meneses*.

2611069003

MINISTÉRIO SOZOSALVO DO PECADO E DA SUA PENALIDADE

Anúncio (extracto) n.º 8545/2007

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de dezassete de Agosto de dois mil e sete, iniciada a folha cento e vinte e quatro, do livro de notas número Catorze-A, deste Cartório Notarial, foi constituída uma pessoa colectiva religiosa que adoptou a denominação “Ministério Sozo — Salvo Do Pecado E Da Sua Penalidade”, com sede na Rua Nova do Calhariz, número trinta e seis-A, freguesia de Ajuda, concelho de Lisboa, a qual tem por objecto difundir o evangelho por meio de campanhas de evangelização, seminários, livros, rádio, TV, CD’s, DVD’s e prática social.

Podem ser membros do Ministério Sozo as pessoas singulares que tiverem sido admitidas como tal, de acordo com a disciplina do Ministério e cujos nomes constem dos registos do Ministério Sozo, sendo da competência da Direcção a sua exclusão. A Pessoa colectiva religiosa terá os seguintes órgãos:

a) Assembleia Geral — A qual é constituída por todos os seus membros que estejam em pleno gozo dos seus direitos e é dirigida pela respectiva Mesa a qual é composta por um Presidente e dois secretários.

b) Direcção:

A direcção é o órgão executivo da pessoa colectiva religiosa a qual é composta por um presidente, um Secretário, um Tesoureiro e dois vogais, sendo que o Presidente exerce a sua função a título vitalício.

c) Conselho Fiscal: É constituído por três elementos: Relator, Secretário e vogal, eleitos em cada dois anos pela Assembleia geral.

O funcionamento dos Órgãos da Pessoa Colectiva Religiosa regular-se-á pelo disposto nos artigos 170.º e 179.º do Código Civil.

Está conforme o original.

3 de Julho de 2007. — A Notária, *Sara de Resende Monteiro*.
2611068215

ORGÂNICA — ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE VALHELHAS

Anúncio (extracto) n.º 8546/2007

Certifico que por escritura de 29 de Outubro de 2007, exarada a fls. 96 e seguinte do livro de notas para escrituras diversas número 109-P, do Notário Privado, José Carlos Travassos Relva, sito na Rua Vasco da Gama, nº 12-A, na Guarda, foi constituída uma Associação com a denominação de «Orgânica — Associação Cultural e Social de Valhelhas», sem fins lucrativos, com sede no lugar dos Barreiros, freguesia de Valhelhas, concelho da Guarda», tem por objecto a gestão de actividades culturais, sociais e organização de eventos e são órgãos da associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

Está conforme.

29 de Outubro de 2007. — O Notário, *José Carlos Travassos Relva*.

2611068002

SAMPRIZ, ASSOCIAÇÃO JUVENIL

Anúncio (extracto) n.º 8547/2007

Certifico que por escritura de 25 de Julho de 2007, exarada a folhas 11 e seguintes do livro de notas número 40-A do Cartório do referido notário Artur Duarte Leite de Barros Pinto, foi constituída uma associação denominada “Sampriz, Associação Juvenil”, com sede no lugar de Igreja, da freguesia de Sampriz, deste concelho de Ponte da Barca, a qual tem por objecto:

A aposta na promoção do turismo rural, tendo em vista a reconstrução de pequenas infra-estruturas, trilhos, aproveitando a localização da Freguesia e o miradouro da Sra. do Livramento; Incentivo ao desporto; Recuperação do grupo de teatro; Recuperação do grupo de bombos; Pesquisa e recuperação de tradições características da Freguesia e divulgação nacional e internacional

Está conforme.

25 de Julho de 2007. — A Colaboradora, por delegação, *Rosa Maria Rodrigues Veloso Amorim*.

2611068885

SOCIEDADE MUSICAL TRÊS DE AGOSTO DE MIL OITOCENTOS E OITENTA E CINCO

Anúncio (extracto) n.º 8548/2007

Rosa Maria Ferreira Silva Amadeu Vaz, com competência delegada para este efeito por Maria Helena Varandas Afonso Nogueira, notária no concelho de Lisboa, com cartório na Avenida D. João II, lote 4.53.01, loja 4, Parque das Nações, certifica para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e dois de Fevereiro de dois mil e sete, lavrada a folhas cento e dezasseis a folhas cento e dezassete do livro sessenta e um A das notas deste cartório, foi constituída a associação com a denominação a seguir referida, ficando a reger-se, entre outros, pelos seguintes artigos:

1º

1 — A Associação denomina-se “Sociedade Musical Três de Agosto de Mil Oitocentos e Oitenta e Cinco.

2 — Tem a sua sede na Rua de Marvila número 34, porta 6 (Palácio Marquês de Abrantes) na freguesia de Marvila, concelho de Lisboa.

2º

1 — A associação é uma associação de direito privado sem fins lucrativos.

2 — A associação tem como objecto a cultura ao povo como um todo, coloca-se abertamente ao seu lado na luta pela sua emancipação cultural.

3º

Órgãos da Associação

1 — São Órgãos da associação a Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal e a Assembleia geral.

2 — Podem ser criadas secções para coadjuvar a Direcção, sendo cada um daqueles órgãos constituídos por número ímpar de elementos, no máximo de onze elementos, um dos quais será Presidente.

Único — Estes órgãos têm a competência e funcionam nos termos da Lei.

4º

A Associação é representada por toda a Direcção, cujo Presidente tem função coordenadora, e a ela compete a iniciativa e a superintendência em todas as suas actividades.

5º

A Assembleia Geral é soberana e perante ela responde a Direcção cuja actividade está sujeita permanentemente à inspecção do Conselho Fiscal.

6º

Constituem património da Associação, a receita da quotização mensal dos sócios e das taxas cobradas pelos serviços prestados e, mediante deliberação da Assembleia Geral, quaisquer bens adquiridos por doação, deixada testamentária ou a título oneroso.

7º

A Associação durará por tempo indeterminado mas, no caso de se dissolver pelos motivos constantes na lei, reverterá o seu património a favor dos sócios efectivos, ou de uma instituição a designar pela Assembleia Geral, que nomeará a Comissão Liquidatária.

8º

Poderá ser admitido como sócio da Associação qualquer cidadão cujo proponente ou proponentes se responsabilizem pelo comportamento moral e cívico. A eliminação por falta de pagamento de quota será da competência da Direcção. A expulsão será da competência da Assembleia Geral, e verificar-se-á após processo disciplinar devidamente organizado.

Dissolução

9º

1 — Será nomeada em Assembleia Geral uma Comissão liquidatária composta de três membros, com plenos poderes para proceder à liquidação da Associação.

2 — A Comissão Liquidatária, obriga-se a entregar o produto líquido apurado depois de liquidadas todas as dívidas e compromissos, à entidade ou organismo indicado no artigo 7º do estatuto e a remeter a documentação que constitua o seu arquivo, o standarte, a bandeira e todos os troféus que possua a colectividade, à Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, que deles ficará como fiel depositária.

10º

Nos casos omissos neste Estatuto, rege o Regulamento geral Interno, cuja aprovação compete à Assembleia Geral.

11º

Estes Estatutos foram aprovados em Assembleia Geral de 22 de Janeiro de 1999.

Está conforme.

1 de Março de 2007. — Pela Notária, *Rosa Maria Ferreira Silva Amadeu Vaz*, com competência delegada.

2611068758